



## 11 | A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE E PARA OS AFETOS: REALIDADE, VONTADE OU UTOPIA NO PRÉ-ESCOLAR?

Carina Parente, M.C. Cunha, & L. Santos

### Introdução

A primeira infância é reconhecida como um território que contém elementos essenciais à formação da sexualidade do adulto. Se por um lado, a evidência empírica indica que os pais e educadores estão interessados em educar os filhos sobre a sexualidade. Por outro lado, a preocupação com a educação sexual nas escolas é crescente e real, mas carece de um maior investimento e da criação de sinergias favoráveis ao seu desenvolvimento.

Com presente estudo procuramos: 1) promover a reflexão pessoal e colectiva de um grupo de oito educadoras relativamente à sexualidade, à igualdade de género e às práticas educativas promotoras de saúde, contribuindo para que se tornem agentes ativos de educação em sexualidade no pré-escolar; 2) desenvolver com este grupo um projeto de fortalecimento da relação escola-família-crianças no pré-escolar com enfoque na sexualidade e nos afetos; 3) criar material de apoio, com base nos resultados e conclusões do projeto, com vista à disseminação de boas práticas.

Para o estudo exploratório, efetuamos uma análise bibliográfica e documental. Seguidamente recorreremos à metodologia qualitativa – focus group. Para recolha dos discursos das educadoras realizaram-se sete sessões de discussão. Posteriormente recorreu-se à investigação-ação para o desenho, implementação e avaliação do projeto que esteve na base da elaboração de um guia para educador(a), mães e pais.

---

Parente, C., Cunha M.C., & Santos, L. (2017). A educação para a sexualidade e para os afetos: Realidade, vontade ou utopia no pré-escolar?. In T. Vilaça, C. Rossi, C. Ribeiro, & P. Ribeiro (Eds.), *Investigação na Formação e Práticas Docentes na Educação em Sexualidade: Contributos para a Igualdade de Género, Saúde e Sustentabilidade* (pp. 129 – 144). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Relativamente à intervenção com educadoras, os discursos analisados evidenciaram as seguintes categorias: saúde e cuidado do corpo; família/cidadania; a descoberta do corpo como fonte de prazer; saúde/doenças; vinculação e fatores de proteção; e valores, direitos e deveres. Foram dinamizadas oito sessões com mães e pais, e desenvolvido um programa com crianças de 4 e 5 anos de idade.

Como será explorado neste capítulo, a análise dos resultados revelou que a atitude passiva por parte das educadoras, deriva da interiorização de um discurso social e educativo que reflete sistemas de valores culturais tradicionais relacionados com a sexualidade na primeira infância. Após o trabalho desenvolvido, as participantes assumiram que o seu papel ativo na prevenção é essencial e reflete-se na maior aproximação escola-família e consideraram esta como uma oportunidade para a revalidação da importância do papel desempenhado. Por último, apostou-se na disseminação do projeto através da elaboração de um Guia para educador(a), mães e pais e do processo de acreditação da formação para educadores de infância que está em fase de conclusão.

### **Contextualização**

A sexualidade acompanha o ser humano desde o seu nascimento, expressando-se e vivendo-se em cada momento evolutivo de uma forma distinta. Ao nascermos sexualmente incompletos, é na interação com quem nos rodeia que a nossa sexualidade se constrói. Logo, importa reconhecer a infância como uma etapa de vida, diferente da adolescência e da adultez, mas que se caracteriza por manifestações sexuais próprias (Pedrosa, 2011). Embora a sexualidade infantil permaneça, ainda hoje, uma terra incógnita para muitos profissionais, a primeira infância é reconhecida como um território que contém elementos essenciais à formação da sexualidade do adulto (Constantine & Martinson, 1984, citados por Schindhlem, 2011). Neste sentido, atualmente são vários os estudos que se debruçam sobre a importância daquela para o desenvolvimento positivo e adaptativo das crianças e dos jovens.

A educação é um processo construtivo que compreende diversas vertentes, que se entrecruzam e se tocam, cada uma com um rumo próprio e uma meta particular (Silva, Matos, & Correia, 2010). É neste enquadramento que surgem a educação para a cidadania, educação para a saúde, educação para os afetos e, em particular, a educação sexual, cuja promoção eficaz assenta numa abordagem configurada num quadro multidimensional, suportada numa verdadeira parceria escola-família (Ministério da Educação, Ministério da Saúde, APF, & CAN, 2000) e cuja implementação deverá iniciar-se preferencialmente na idade pré-escolar (Marques, Vilar, & Forreta, 2002). A educação pré-escolar tem uma identidade própria e dirige-se a crianças com idades

compreendidas entre os três e os seis anos, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento físico, afetivo, social e intelectual destas.

É neste enquadramento que se desenvolve a educação para a saúde e, em particular, a educação sexual. São apresentadas inúmeras razões para a abordagem da educação sexual e para os afetos precocemente, a saber: a curiosidade das crianças face ao tema; a necessidade de se lutar contra os currículos ocultos já que o facto de não se informar ou ignorar questões é, em si, uma forma de educação sexual que importa suprimir e optar pela planificação intencional e adaptada, apostando-se nas dimensões afetivas e relacionais, através do conhecimento do corpo, da promoção da autoestima e do autoconceito das criança (Pedrosa, 2011).

Para se realizar uma abordagem em educação sexual dever-se-á ter em conta um modelo que vise a promoção da saúde e implique a utilização de estratégias participativas e multidisciplinares, entendendo-se a saúde como o pleno desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. Neste sentido, deverá ser colocada a tónica na participação, de forma que aquele possa responder positivamente: (1) às exigências de um ambiente em constante mudança (Martins, 2005); (2) às características dos seus destinatários, não descurando as áreas de interesse e as necessidades próprias de cada idade, estando assim a resposta ajustada ao seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional e às competências e aprendizagens esperadas para cada nível etário; (3) à família, encarada como instância primeira e determinante na educação para a sexualidade, sendo imprescindível a articulação desta com a escola, através de uma ação concertada, no sentido de “contribuir para uma vivência mais informada, mais gratificante e mais autónoma, logo, mais responsável da sexualidade” (Frade, Marques, Alverca, & Vilar, 2009, p.22); (4) à escola como espaço de socialização, pelo carácter formal, intencional e formativo de que se reveste, devendo contribuir para a construção de um projeto próprio e adaptado a cada realidade concreta, através da colaboração de um corpo docente empenhado, competente e qualificado. Todavia subsistem algumas resistências, receios e obstáculos por parte dos profissionais de educação, que impedem o pleno exercício, apesar do quadro legal e normativo atual legitimar a implementação da educação sexual em meio escolar (Anastácio, Carvalho, & Clément, 2008).

No fundo, procuramos conhecer orientações nacionais e internacionais propostas pelos investigadores desta área com o intuito de reunir suporte para a premissa que orientou o presente estudo: é através da colaboração efetiva escola-família, o mais precocemente possível, que se alcançará uma socialização positiva da criança afastada de mitos e preconceitos e envolvida por princípios e valores pessoais e morais que funcionarão a médio e longo prazo como factores protetores para o desenvolvimento da criança (Pedrosa, 2011).

## Métodos

Esta revisão da literatura teve como ponto de partida uma pesquisa no portal da B-on, com o intuito de refinar o tema e obter as fontes com maior número de entradas na temática educação sexual. Procurou-se recolher um conjunto de artigos de revistas científicas com texto integral e teses focalizando o período de pesquisa nos últimos dez anos (2004-2014), totalizando setenta e um documentos. Foram privilegiados os seguintes portais de acesso aberto: DOAJ (Directory of Open Access Journals), SciELO Portugal, ERIC (Institute of Education Sciences) e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (portal que facultou o maior número de artigos, alcançando trinta registos consultados), utilizando como descritores de pesquisa: *sexuality*; *sexual education/sex education*; *sexual health education*.

Pudemos verificar que existe uma satisfatória produção científica neste domínio, respeitante aos descritores mencionados, contudo importa também referir que para esta revisão bibliográfica foram adotados inicialmente como palavras-chave de pesquisa os termos: *pré-escolar*, *afetos* e *sexualidade*, sendo que os resultados encontrados foram poucos e residuais (artigos que incidiam sobre as concepções e representações de educadores de infância neste domínio ou teses/relatórios de estágio que abordavam a educação emocional, existindo um relatório referente à implementação de um projeto de educação sexual no pré-escolar com enfoque nas questões da anatomia e conhecimento do corpo). Tal evidência obrigou a uma reformulação dos descritores e a uma nova linha de investigação, sem deixar de ter presente o cerne da mesma que era a educação sexual num cenário de educação para a saúde.

A consulta nesta área, designadamente a nível nacional, recaiu no portal digital da APF (Associação para o Planeamento da Família) e no âmbito europeu acedeu-se ao sítio eletrónico do Parlamento Europeu e da IPPF European Network (International Planned Parenthood Federation). A um nível mais amplo, consultaram-se as plataformas digitais de organizações internacionais como a WHO (World Health Organization), UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico) e portais digitais de organizações de investigação e conhecimento ligados à educação sexual como a SIECUS (Sexuality Information and Education Council of the United States) e a SIECCAN (The Sex Information and Education Council of Canada). Foram ainda consultadas onze fontes bibliográficas em matéria de educação sexual e para os afetos, cuja pesquisa remontou até ao ano 2000.

## **Resultados**

### ***Educação sexual: Um conceito, diversas dimensões***

Educação, mais do que um majestoso conceito, é o espaço, a realidade onde tudo se encerra e tudo abarca. Educar é fazer do ato educativo um nascimento, pois a cada momento devemos estar despertos para a novidade e nunca entender a educação como tarefa concluída, sendo um processo e caminho que se constrói e projeta ao longo da vida. A sexualidade é uma dimensão da existência que abrange o ser humano em todas as suas vertentes: biológica, psicológica, emocional, social, cultural, religiosa, manifesta-se sob variadas formas como sejam as emoções, sentimentos, desejos, pensamentos, atitudes, comportamentos e práticas sexuais (Maia, 2010).

Pareceu-nos pertinente iluminar um pouco a nossa reflexão no sentido de uma breve análise e clarificação da díade: educação da sexualidade ou para a sexualidade. Como refere Serrão (2012), mencionando Oliveira (1993), a educação da sexualidade configura-se num conceito de auto-organização, ou seja, como um processo de autoconstrução do indivíduo, em que este encontra significado para as vivências a partir das interações que estabelece com o mundo e os outros. A compreensão que daí decorre leva-o a agir com coerência e autonomia. Como enfatiza Serrão (2012) “a aprendizagem ocorre usualmente em processos dinâmicos nos quais os seres vivos são agentes e não atores passivos de informação externa a si próprios” (p.77). Ao longo deste processo de autoaprendizagem, o indivíduo vai incorporando mitos, representações, crenças, receios que resultam de influências sociais e culturais e que, por sua vez, exercem influência na sua expressão sexual. Deste jeito, para que esta aprendizagem se processe de forma consciente e responsável e tais distorções possam ser dissipadas ou derrubadas, a educação para a sexualidade ganha sentido e lugar. Neste âmbito, “a educação para a sexualidade deve revestir-se de Humanidade, onde a relação e o afecto partilhem compromissos e assegurem ao Ser Humano uma determinação livre e responsável” (Assunção, 2011, p. 22).

Em Portugal, os autores do relatório preliminar do grupo de trabalho de educação sexual reconhecem a educação sexual, também intitulada como educação para a sexualidade, como sendo “o processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual” (Sampaio, Baptista, Matos, & Silva, 2005, p.6).

A educação para a sexualidade, na perspectiva de Marques et al. (2002) inscreve-se num quadro de promoção da saúde em contexto escolar, abrangendo várias dimensões, a saber: biológica, psicoafetiva, sociocultural, relacional e ética. Frade et al. (2009) reforçam a complexidade e a perspectiva global da educação sexual que compreende a identidade sexual, o corpo e seus fenómenos biológicos, a reprodução, mas também a promoção da saúde sexual e reprodutiva, as manifestações da

sexualidade e a educação para a afetividade. A abordagem multidimensional da educação sexual é também corroborada por Carvalho (2008) que defende que a dimensão biológica e a compreensão dos seus fenómenos, embora fundamental e vital, deve ser complementada pelas dimensões psicológica, sociológica e ética. Por outro lado, a vertente psicológica debruça-se essencialmente sobre a educação para os afetos e a construção de uma sexualidade saudável, enquanto a sociológica e ética contempla as interações sociais e culturais e um conjunto de valores morais e pessoais que condicionam a vivência particular da sexualidade e determinam escolhas e decisões nesse domínio (Rodrigues, 2012).

Vários autores, em particular Zapiain (2000), adotam a nomenclatura educação afetivo-sexual para sublinharem o papel preponderante dos vínculos afetivos e emocionais na construção de uma efetiva educação sexual. Pesem embora as diferenças terminológicas e expressivas, o posicionamento quanto aos seus propósitos e finalidades é certamente comum.

Em suma, importa reconhecer a educação para a sexualidade sustentada no equilíbrio e dinamismo das suas diversas dimensões - a biológica, a afetiva e relacional e a social - numa perspetiva integradora, sendo todas elas essenciais à existência humana e à vivência saudável da sexualidade.

### ***A educação sexual informal: Esfera familiar***

O direito e dever de educar para a sexualidade pertence às famílias, sendo o primeiro contexto onde a vida se transmite e se partilha e as relações se constroem. A educação sexual que se realiza em contexto familiar é um processo demorado e rigoroso (que ocorre ao longo de toda a vida) que deve ser alicerçado na responsabilidade, no respeito e tolerância, na assertividade, com vista à satisfação pessoal e relacional (Carvalho, 2008). É certo que é na família que se faz a aprendizagem da sexualidade, através de uma experiência familiar quotidiana que se oferece, das relações de vinculação que aí se desenvolvem (Fonseca, Soares, & Martins, 2006), dos comportamentos que se aprendem por modelagem e dos padrões de comunicação verbal e não verbal que se estabelecem.

Em contrapartida, os estudos internacionais indicam que existe grande insegurança e embaraço por parte dos pais na abordagem das questões da sexualidade, sobretudo no que se refere à quantidade de informação e momento adequados para a divulgar, além de sentirem alguma falta de preparação em termos de conhecimentos científicos e técnicos neste domínio (Anastácio, 2010). Por outro lado, os próprios filhos sentem algum desconforto e constrangimento em tratar, de forma aberta e explícita, este tipo de assuntos com as figuras parentais. Vilar (2005) acrescenta que a educação sexual não pode circunscrever-se exclusivamente ao contexto familiar, sob pena de

perpetuarmos o desconhecimento de algumas matérias ou as restringirmos às famílias mais capacitadas. Mais importa acrescentar sobre este ponto que a disfuncionalidade na família poderá acarretar um maior risco para a criança perante a inexistência de uma abordagem complementar em contexto escolar (segunda instância de socialização).

### ***A educação sexual formal: A escola***

A educação em sexualidade definida pela Unesco (2010) sublinha a relevância de uma educação efetiva nesta área, que não se confine somente à responsabilidade parental, mas que deve assumir-se como parte integrante do currículo escolar formal, visando “equipar crianças e jovens com os conhecimentos, habilidades e valores para fazer escolhas responsáveis sobre os seus relacionamentos sexuais e sociais num mundo afetado pelo VIH” (p.3) entre outros aspetos que merecem igualmente a nossa atenção. Estas orientações são dirigidas a profissionais e técnicos da educação e da saúde, com a pretensão de os apoiar na conceção e na implementação de programas e recursos que concorram para o desenvolvimento da educação em sexualidade em contexto escolar. A sua concretização deve ser apropriada à especificidade de cada faixa etária e focada no desenvolvimento do programa dos cinco até aos 18 ou mais anos de idade. Assim sendo, a escola é o contexto favorável para oferecer informação sistematizada, organizada e pertinente sobre a sexualidade e abranger toda a população discente, ampliando os seus conhecimentos e promovendo atitudes e comportamentos decorrentes de escolhas responsáveis e seguras (ME-GTES, 2007). A abordagem em contexto escolar permite ainda fomentar e disseminar “valores éticos universais, como a igualdade entre géneros, a ética do consentimento, da lealdade e da saúde, o prazer compartilhado” (Sánchez, 2012, p.64).

O desenvolvimento de programas de educação sexual é entendido pelo Sexuality Information and Education Council of United States num cenário de educação para a saúde e deve ter como finalidade “a promoção da saúde, da equidade social e de género, a prevenção de doenças” (SIECUS, 2004, p.21). Esta tarefa implica algumas predisposições por parte da escola, nomeadamente o compromisso e o envolvimento com a comunidade, sejam as famílias, as autoridades civis e os representantes religiosos.

A eficácia dos programas passa também pela existência de professores preparados e com formação no campo da sexualidade humana e “especialmente treinados para os princípios e metodologias em educação sexual” (SIECUS, 2004, p.21). Este requisito exige um forte empenho e trabalho apurado por parte dos educadores que os habilite a dialogar abertamente com os alunos, em clima de tolerância, naturalidade, empatia, assertividade, sem recurso a moralismos ou censuras (Nelas, 2010).

### ***A educação sexual: Diretrizes aqui e além-fronteiras***

*Em Portugal.* O sistema educacional contempla a educação sexual num quadro de promoção para a saúde, isto é, empenha-se numa intervenção que assente no desenvolvimento pessoal e social, com uma componente de aquisição de melhor informação e treino de competências, no sentido de capacitar os indivíduos para a mudança efetiva de atitudes e comportamentos (Anastácio, Carvalho, & Clément, 2005).

A aposta na educação para a saúde havia sido um forte compromisso lançado em 1999, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), aquando da publicação do documento *Health for all in the 21st century*, que enfatiza o papel dos educadores - desde o pré-escolar até ao ensino superior - como sendo fundamentais no “contributo para o desenvolvimento dos indivíduos e no incremento de valores, conhecimentos e competências em matéria de promoção da Saúde” (WHO, 1999, p.155). Nele são definidas metas muito precisas no que toca à educação pré-escolar e à educação no ensino básico e secundário. Assim, concretamente até 2015, pelo menos 50% das crianças em idade pré-escolar e 95% dos alunos do ensino básico e secundário tinham a oportunidade de frequentar estabelecimentos de ensino Promotores de Saúde. No contexto nacional, surge a figura de coordenador de educação para a saúde como responsável na escola pela coordenação dessa área e como dinamizador das linhas de orientação e ação promotoras da Saúde na comunidade educativa (Despacho nº 2506/2007). Posteriormente, a implementação da educação sexual em meio escolar, desde o ensino básico ao secundário, foi integrada nas áreas curriculares, sendo prevista a sua abordagem transversal em todos âmbitos do currículo e estipuladas como finalidades o desenvolvimento de competências, a melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais e a eliminação de comportamentos discriminatórios no campo sexual, com vista à capacitação dos jovens para escolhas informadas e seguras (Lei nº60/2009).

Já em 2010 é definido o enquadramento da educação sexual no currículo escolar e são explicitados os conteúdos, carga horária, parcerias, intervenientes e responsáveis, tipos de formação, de forma a garantir e uniformizar a operacionalização da educação sexual (Portugal. Portaria nº 196-A/2010). Todo o quadro normativo legal existente revela o reconhecimento da educação sexual, a premência e o caráter obrigatório da sua inclusão nos projetos educativos das escolas.

*A Nível Internacional.* O panorama internacional evidencia discrepâncias assim como pontos de sintonia e analogia na implementação da educação sexual em meio escolar. Em países como Finlândia, Alemanha, Bulgária, Japão o desenvolvimento da educação sexual é concomitante com os primeiros anos de escolaridade obrigatória, ao passo que na Dinamarca, Polónia e Espanha a contemplam a partir dos 12/13 anos (período da adolescência) (IPPF, 2006). As abordagens mais tardias acontecem na Itália (14/19 anos) e nos Estados Unidos (ensino secundário) (Knowles, 2012). Em



contrapartida, na Bélgica, França, Grécia, Luxemburgo, Irlanda, Suécia (IPPF, 2006), Austrália (Walsh & Mitchel, 2011), Chile (Matos et al., 2009) e Brasil (Gomes, 2014) a implementação ocorre a partir dos cinco/seis anos, com caráter obrigatório nos primeiros seis países, já na Holanda é mais precoce (quatro anos), com enfoque nos aspetos do conhecimento do corpo, autoimagem e relações interpessoais conforme o programa Relationships & Sexuality (Beaumont & Maguire, 2013).

Relativamente às perspetivas orientadoras da implementação da educação sexual, a biológica e preventiva assume um enfoque demarcado na maioria dos países, sendo os conteúdos tratados no âmbito das disciplinas de Biologia e Educação para a Saúde, por professores das áreas de conhecimento, sendo coadjuvada por técnicos de saúde na Noruega, França, Holanda e Austrália ou ainda através do estabelecimento de parcerias com centros ou associações para o planeamento familiar (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Grécia, Reino Unido) como referem Beaumont e Maguire (2013). Nas quatro maiores cidades da Noruega algumas aulas são ministradas por uma organização de estudantes de Medicina (MSO) (IPPF, 2006).

No que concerne às temáticas abordadas em França, Espanha, Japão (Marinho, Anastácio, & Carvalho, 2011), Canadá (McKay, 2010) e Brasil (Gomes, 2014) os programas educativos focalizam aspetos preventivos relativamente à gravidez na adolescência, às infeções sexualmente transmissíveis (IST), em concreto ao VIH/SIDA. De assinalar que nos Estados Unidos os currículos de educação sexual agrupam-se em dois tipos de programas: os que promovem a abstinência (abstinence-only) e outros mais globais (abstinence-plus) que defendem a abstinência e se revelam mais permeáveis à discussão de temáticas como a contraceção, a gravidez não desejada e as IST. No seguimento do acima referido, Marinho, Anastácio e Carvalho (2011) salientam que, embora a tónica seja colocada na apologia da abstinência, existe uma política promotora, uma prevalência e um maior investimento financeiro nos programas abstinence-only.

A vertente psicossocial da educação sexual, com enfoque nos aspetos emocionais, relacionais, culturais e éticos, é explorada, em países como a França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Suécia, por professores das áreas de Educação para a Cidadania (Bélgica e Luxemburgo), Ética (Alemanha), Formação Pessoal e Social (Irlanda e Inglaterra), Educação Religiosa (Alemanha, Luxemburgo e Irlanda) ou sendo da responsabilidade de todos os professores como acontece em França e na Suécia (IPPF, 2006).

No tocante ao envolvimento dos pais no desenvolvimento da educação sexual, na Áustria este é efetivo e traduz-se na sua participação em conferências e na divulgação de materiais pedagógicos usados nas aulas. Na Polónia, a educação sexual é abordada numa perspetiva filosófica (e não biológica) de transmissão dos valores tradicionais e valorização dos papéis familiares, com a nomenclatura de Educação para a Vida Familiar, dado que a sexualidade é assunto tabu (IPPF, 2006).

Na implementação da educação sexual na Europa, apesar de vigorar a metodologia tradicional, ensino através de aulas formais e expositivas, é utilizado um leque variado de abordagens. Neste sentido, importa mencionar que a aplicação de técnicas interativas e participativas, em específico, apresentações, debates, jogos e problemas, teatros e jogos dramáticos (role playing) são essenciais nas abordagens realizadas na Finlândia, França, Luxemburgo e Holanda. Os meios convencionais de comunicação (rádio, televisão e imprensa) e recursos audiovisuais e multimédia (filmes, vídeos, internet) são materiais pedagógicos utilizados em França, Dinamarca, Grécia e Holanda (IPPF, 2006).

A educação pelos pares é uma estratégia promotora de ensino-aprendizagem valorizada na Suécia, e países como a Finlândia e a Alemanha privilegiam os grupos de trabalho/discussão (IPPF, 2006). Por sua vez, na Dinamarca aposta-se no convite a prostitutas, homossexuais e indivíduos com SIDA para relatarem e partilharem com os alunos as suas experiências de vida. Em Espanha e em Itália são organizados workshops para a exploração destas temáticas (Beaumont & Maguire, 2013). No Brasil recorre-se frequentemente à dinamização de palestras apresentadas por profissionais de saúde (Aquino & Martelli, 2012).

Na Europa sobressaem variações, quer entre países, quer entre as regiões de um mesmo país. Os programas de educação sexual mais abrangentes e com maior eficácia são desenvolvidos nos países nórdicos e do Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo), ao passo que nos países da Europa do sul e do leste estes apresentam menor eficácia e mais limitações, ou são praticamente inexistentes (Chipre, Itália, Polónia), com exceção para Portugal e Espanha (Beaumont & Maguire, 2013).

### **A Pertinência da Educação Sexual no Pré-Escolar**

No seguimento do acima exposto, há pontos que importa destacar e questões a levantar. A educação sexual parece ser condição indispensável para se alcançar o bem-estar e a saúde, encontrando sustentação num quadro jurídico e normativo internacional através da sua promoção e do desenvolvimento em meio escolar.

O enquadramento legal português, cujas alterações e reformulações datam de 2009 (Lei nº 60/2009 e sua regulamentação com a Portaria nº 196-A/2010), clarifica a aplicação da educação sexual em meio escolar num quadro de educação para a saúde. Ressaltamos a omissão da educação pré-escolar neste processo, pese embora as OCEPE sublinhem a relevância desta abordagem integrada na vertente da educação para a cidadania e estudos empíricos neste domínio enfatizem a promoção da educação para a sexualidade e afetos desde a primeira infância. Este é um período favorável para educar as crianças em matéria de sexualidade (Eyre & Eyre, 1998; Hokusawa, 1993; Luk, 2005; Roffman, 2002; Woody, 2002, citados por Lai, 2005), pelo facto de que nesta

idade as crianças manifestam uma curiosidade natural e gostam de questionar sobre todos os aspectos da vida, incluindo sobre sexualidade (Lahaye & Lahaye, 1998; Ming Pao Local News, 2000, citados por Lai, 2005). Para Oppen (1996) citado por Lai (2004) “a primeira infância é uma etapa formativa com significativas influências nos valores e comportamentos futuros” (p. 2). Pelos quatro ou cinco anos, as crianças adquirem um conjunto de percepções da vida através das relações que vão desenvolvendo e, tais relações constituem marcos decisivos, “lições cognitivo-emocionais”, que são o alicerce de toda a aprendizagem subsequente.

No contexto do pré-escolar, as interações que as crianças estabelecem com os educadores e seus pares vão-se complexificando e, à medida que os educadores vão respondendo aos seus gestos, curiosidade, inquietações, através da comunicação verbal e do jogo simbólico, as crianças vão estruturando as suas emoções e os seus pensamentos, tomando consciência de si mesmas (Wieder & Greenspan, 2002). É ainda neste contexto que é proporcionada à criança a descoberta do seu corpo e da sua importância, do respeito pelo mesmo e pela pessoa do outro. Outras valiosas conquistas são ainda a aceitação da sua identidade e o reconhecimento do papel do homem e da mulher, aprendendo a apreciar a riqueza da sexualidade que influencia toda a nossa personalidade e toda a nossa vida (Cortesão, Silva, & Torres, 2005).

Re (2007) defende que os conteúdos de educação para a sexualidade em idade pré-escolar passam por quatro grandes áreas: conhecimento e valorização do corpo, relações interpessoais, identidade sexual e reprodução humana. O questionamento por parte da criança sobre a temática da sexualidade desencadeia uma procura de respostas que satisfaçam as suas necessidades, que se pretendem claras e pertinentes com vista a um desenvolvimento afetivo e sexual saudável. O autor sugere ainda que se promova uma apropriação adequada do seu corpo e da sua sexualidade, incluindo a autovalorização e a autoestima. Alguns autores apelam mesmo à educação para a sexualidade abordada no currículo da educação de infância como um tema transversal (tal como a educação para a saúde) o que irá permitir esclarecer dúvidas e contrariar estereótipos discriminatórios presentes no quotidiano das crianças (Cortesão et al., 2005).

Por outro lado, importa desafiar os pais para um envolvimento efetivo na ação educativa, assumindo-se como verdadeiros parceiros, em projetos de educação e, em particular, nos de educação sexual. Tal desafio incitará ainda a promoção de competências parentais de forma transversal à comunidade em geral. Esta colaboração é algo que naturalmente se desenvolve no espaço educativo do pré-escolar, pois nesta etapa de educação os docentes privilegiam bastante esta interação, estabelecendo com os pais uma relação muito próxima e de confiança, a qual se materializa na participação daqueles em atividades e iniciativas escolares do quotidiano dos seus filhos (Marques, 2001). Estas parcerias positivas permitem, por um lado, obter dos pais uma informação e conhecimento mais precisos acerca das necessidades da criança e, por outro,

possibilita ao educador um maior investimento na partilha e negociação com os pais, com vista a uma aprendizagem das crianças pela interação e participação (Siraj-Blatchford, 2004).

Torna-se importante enfatizar o papel da educação pré-escolar dentro do sistema educativo, cuja ação está imbuída de uma intencionalidade educativa, mas configurada numa singularidade própria, e que se baseia na valorização da criança e na promoção do seu desenvolvimento, no respeito pelo seu ritmo e estilo de aprendizagem. Logo, existindo um currículo mais aberto e flexível que não se centre nos resultados académicos finais ou no cumprimento de metas programadas, a educação pré-escolar está mais recetiva para a abordagem de temáticas diversificadas e multidimensionais (e menos sistematizadas) e liberta do peso institucional da avaliação formal que é inerente aos restantes níveis de ensino (Serra, 2004). Assim sendo, existe um clima mais favorável ao desenvolvimento de projetos inovadores, designadamente no âmbito da sexualidade e dos afetos, um menor constrangimento por parte dos educadores para aceitar experiências desafiadoras, potenciando um envolvimento mais natural, descontraído e efetivo das famílias para a implementação dessas iniciativas.

A preocupação com a educação sexual nas escolas é crescente e real, mas carece de um maior investimento e da criação de sinergias favoráveis ao seu desenvolvimento. Assim, parece ser necessário investir na qualificação dos educadores quer através da formação académica inicial, quer ao longo do percurso profissional (salvaguardada e contemplada pelos normativos legais vigentes), no sentido da sua capacitação que minimize receios e constrangimentos.

Entendendo a educação pré-escolar como a “primeira pincelada numa tela” onde os afetos, o desenvolvimento sexual, a igualdade de género, a cidadania, o empowerment das famílias aparecem como fundamentais no seu contexto formal de aprendizagem, importa continuar a caminhada no sentido de se procurarem as melhores soluções e oportunidades para promover o acesso à educação para os afetos e para a sexualidade desde tenra idade. Porém, mantemos em aberto duas questões delicadas neste âmbito: a inclusão no desenho dos currículos escolares ou a sua abordagem interdisciplinar e transversal e ainda o livre arbítrio e a decisão das escolas relativamente à forma de implementação da educação sexual.

## Referências

- Anastácio, Z. (2010). Educar para a sexualidade saudável: quem e que contributos? Paper presented at *II Congresso de Pedagogia – Sexualidade e Educação para a Felicidade* (p. 17), Braga.

- Anastácio, Z., Carvalho, G., & Clément, P. (2005). Concepções dos professores de 1º CEB sobre o contributo da Educação Sexual para a promoção da saúde e sua relação com a formação. Paper presented at the *2º Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde*, Braga.
- Anastácio, Z., Carvalho, G., & Clément, P. (2008). Portuguese Primary School Teachers' Conceptions and Obstacles to Sex Education in Classroom. Paper presented at the *Conference of European Researchers in Didactics of Biology (ERIDOB)*, Londres.
- Aquino, C., & Martelli, A. C. (2012). Escola e educação sexual: uma relação necessária. Paper presented at the *IX Seminário ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, Rio Grande do Sul.
- Assunção, M. S. (2011). *Escola e Sexualidade - uma nova orientação educativa*, PhD Thesis, Universidade Portucalense, Porto.
- Beaumont, K., & Maguire, M. (2013). *Policies for Sexuality Education in the European Union*. Brussels: European Parliament. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2013/462515/IPOL-FEMM\\_NT\(2013\)462515\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2013/462515/IPOL-FEMM_NT(2013)462515_EN.pdf).
- Carvalho, C. S. (2008). *Guia da Educação da Sexualidade*. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã.
- Cortesão, I., Silva, M. A., & Torres, M. A. (2005). *Educação para uma Sexualidade Humanizada - Guia para Professores e Pais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fonseca, M., Soares, I., & Martins, C. (2006). Estilos de vinculação, orientações para o trabalho e relações profissionais. *Psicologia*, 20(1), 187-208.
- Frade, A., Marques, A. M., Alverca, C., & Vilar, D. (2009). *Educação sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores*. Disponível em <https://educacaosexualidade.files.wordpress.com/2011/12/educac3a7c3a3o-sexual-na-escola-guia-para-professores-formadores-e-educadores.pdf>.
- Gomes, M. R. (2014). *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Editora???
- IPPF, E. N. (2006). *Sexuality Education in Europe: a reference guide to policies and practices*. Brussels: Wendy Knerr. Disponível em <http://www.ippfen.org/Resources/Publications?page=1>.
- Knowles, J. (2012). *Sex Education in the United States*. New York: McCormick Library, Planned Parenthood Federation of America. Disponível em [https://www.plannedparenthood.org/files/3713/9611/7930/Sex\\_Ed\\_in\\_the\\_US.pdf](https://www.plannedparenthood.org/files/3713/9611/7930/Sex_Ed_in_the_US.pdf).
- Lai, Y. C. (2004). Teachers' Perceptions of Teaching Sex Education in Hong Kong Preschools: a pilot study. Paper presented at the *AARE Annual Conference, Melbourne, Australia*.

- Lai, Y. C. (2005). An Exploratory Study of Parents' Perceptions of Teaching Sex Education in Hong Kong Preschools. Paper presented at the *AARE Annual Conference*, Parramatta, Australia.
- Maia, A. C. (2010). Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. *Revista de Psicopedagogia on line*, 10. Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br>.
- Marinho, S., Anastácio, Z., & Carvalho, G. (2011). Desenvolvimento e implementação de Projectos de Educação Sexual - análise das dimensões biológica, psicológica e social da sexualidade **In Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural (AGIR) (Eds.)???, Colocar título do livro de Atas (pp. 1-24). Cidade onde foi publicado Braga: Editora onde foi publicado** Instituto de Educação - Universidade do Minho.
- Marques, A. M., Vilar, D., & Forreta, F. (2002). *Os afetos e a sexualidade na educação pré-escolar - um guia para Educadores e Formadores* (1ª ed. Vol. 23). Lisboa: Texto Editores.
- Marques, R. (2001). *Educar com os pais*. Lisboa: Editorial Presença
- Martins, M. C. (2005). A promoção da saúde: percursos e paradigmas. *Revista de Saúde Amato Lusitano*, 22, 42-46.
- Matos, M. G., Reis, M., Ramiro, L., Borile, M., Berner, H., Vásquez, S., & **Equipa Aventura Social** (2009). Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10, 149-158.
- McKay, A. (2010). *Sexual Health Education in the Schools: questions and answers*. Toronto: SIECCAN.
- ME-GTES. (2007). *Relatório Final do Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa: Disponível em [www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/relatorio\\_final\\_gtes.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/relatorio_final_gtes.pdf)
- Ministério da Educação (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica.
- Ministério da Educação, Ministério da Saúde, APF, & CAN. (2000). *Educação sexual em meio escolar: Linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Saúde.
- Nelas, P. (2010). *Educação sexual em contexto escolar: uma intervenção contra a vulnerabilidade na vivência da sexualidade adolescente*. PhD Thesis, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Pedrosa, E. P. (2011). La educación sexual en la etapa infantil. *CENoposiciones*, 10, 38. Disponível em [http://cenoposiciones.com/docs/files/2011\\_edinfantil\\_10\\_13.pdf](http://cenoposiciones.com/docs/files/2011_edinfantil_10_13.pdf) website: [www.cenoposiciones.com/docs](http://www.cenoposiciones.com/docs)
- Portugal. *Despacho nº 2506/2007 de 20 de Fevereiro de 2007*. Diário da República nº 36 – II Série (pp. 4427). Lisboa: Ministério da Educação.

- Portugal. Lei nº 60/2009 de 6 de agosto de 2009. Diário da República, nº 151- I Série A (pp. 5097). Lisboa: Assembleia da República.
- Portugal. *Portaria nº 196-A/2010 de 9 de abril de 2010*. Diário da República, nº 69, Série I (pp. 1170). Lisboa: Ministérios da Saúde e da Educação.
- Re, M. I. (2007). *Educação Sexual na Infância (Um desafio possível)*. Buenos Aires: Ediba Europa.
- Rodrigues, C. M. (2012). *Prática de ensino supervisionada - Mestrado em ensino do 1º e 2º ciclo do ensino básico*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda. Disponível em <http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/1326/1/PEB%20-%20Celina%20Maria%20P%20Rodrigues.pdf>.
- Sampaio, D., Baptista, M. I., Matos, M. G., & Silva, M. (2005). *Relatório Preliminar - Grupo de Trabalho para a Educação Sexual*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Sánchez, F. L. (2012). Educación sexual en la familia y la escuela. *ELO - Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda*, 19, 63-74.
- Schindhlem, V. G. (2011). A sexualidade na educação infantil. *Revista Aleph Infâncias*, 16, 1-17. Disponível em <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art9.pdf>.
- Serra, C. (2004). *Currículo na Educação Pré-Escolar e Articulação Curricular com o 1º ciclo do Ensino Básico*. Porto: Porto Editora.
- Serrão, D. (2012). Educar a sexualidade ou educar para a sexualidade. *ELO - Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda*, 19, 75-82.
- SIECUS. (2004). *Guidelines for Comprehensive Sexuality Education: kindergarten through 12 Th grade* (3ª ed.). Wasghinton: Sexuality Information and Education Council of United States.
- Silva, S., Matos, J. C., & Correia, J. (2010). Dialogicidade da Educação: possibilidade de intervenção consciente da realidade. *Saber & educar (edição em linha)*, 15, 8. Disponível em <http://revista.esepf.pt/>
- Siraj-Blatchford, I. (2004). Critérios para determinar a qualidade na aprendizagem das crianças entre os três e os seis anos. In I. Siraj-Blatchford (org), *Manual de desenvolvimento curricular para a educação de infância* (pp. 10-20). Lisboa: Texto Editora.
- Vilar, D. (2005). A educação sexual faz sentido no actual contexto de mudança? *Educação Sexual em Rede*, 1, 8-15.
- Walsh, J., & Mitchell, A. (2011). Catching on Early - Sexuality Education for Victorian Primary Schools. Disponível em <http://education.vic.goc.au/studentlearning/teachingresources/health/sexuality/>
- WHO. (1999). *Health 21: the health for all policy framework for the WHO European Region*. Disponível em <http://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/health21-the-health-for-all-policy-framework-for-the-who-european-region>.

Wieder, S., & Greenspan, S. (2002). A base emocional da aprendizagem. In B. Spodek (org), *Manual de investigação em educação de infância* (pp. 167-190). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Xunesco (2010). Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade – uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. **Cidade de editora???: Editora????**. Retirado em 26/Dez/2013. **Falta link**

Zapiain, J. G. (2000). Educación afectivo sexual. *Anuario de Sexologia*, 6, 41-56.

#### **Autores/as**

*Carina Parente, M.C.* **COLOCAR NOME POR EXTENSO** *Cunha*  
Gabinete Atendimento à Família, Agrupamento de Escolas Monte da Ola – JI de Mazarefes

*L.* **COLOCAR NOME POR EXTENSO** *Santos*  
Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior de Saúde, Portugal